

A engenharia militar no Brasil Setecentista: Cartografia, Urbanismo e Fortificação*

Miguel Figueira de Faria

Portugal afirmou-se na Europa do Renascimento pelo seu papel fundamental na aproximação dos mundos. Quando olhamos esse passado de mais de oito séculos, os efemérides que celebramos centram-se, sobretudo, nessa ideia dos *Descobrimentos*. São esses os eventos a que temos dedicado, no tempo moderno, mais ou menos ciclicamente, as nossas comemorações nacionais.

Tratou-se de uma tarefa cujos principais desafios se centraram no conhecimento e domínio do espaço. Espaço geográfico que se acrescentava progressivamente numa época em que o Homem procurava reencontrar-se nos verdadeiros limites físicos do globo.

À tarefa da descoberta sucedia-se o impulso natural da ocupação. Sucederam-se as épocas e os ciclos de matiz predominantemente económica que definiram as traves-mestras das primeiras experiências colonizadoras.

Nesse tempo dos *Descobrimentos* os pontos de fixação dos portugueses centraram-se, sobretudo, nas faixas litorais, cobrindo extensões inimagináveis face à reduzida escala de um país com baixas potencialidades demográficas.

Frei Vicente Salvador, na sua *História do Brasil*, datada ainda do primeiro terço do século XVII, referia não se saber a «largura que a terra do Brasil tem para o sertão... porque até agora não teve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo, grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejo».¹

A afirmação do historiador baiano formulava uma dura crítica mas encerrava também um desejo que o tempo futuro cumpriria. Aproximava-se a passagem dessa «cultura da latitude», litorânea, oceânica, para uma outra «cultural de longitude» de penetração territorial e afirmação continental, que o século XVII já anuncia mas que se tornaria a *bandeira* do século seguinte.

* Comunicação apresentada no Colóquio International «La Costruzione del Nuovo Mondo», Academia Ligustica di Belli Arti, Genova, Novembro 1993.

Nessa nova etapa, desenvolvida progressivamente no Brasil setecentista, os engenheiros militares tiveram um papel fundamental, tal como já haviam tido os seus antepassados na contínua fortificação dos litorais ocupados nos quatro cantos do mundo, numa gigantesca tarefa de *impermeabilização* das zonas costeiras passo indispensável ao desenvolvimento dessa fase seguinte da «cultura de longitude».

Difícil é, então, ainda, distinguir funções específicas nesse conjunto de ofícios ligados às fundações coloniais portuguesas, onde para além dos capitães construtores surgem mestres pedreiros, architectos, mestres de fortificações, *arruadores*, cujas actividades se enquadram, na sua globalidade, na esfera de competências do engenheiro militar tal como a sua actividade foi posteriormente entendida no século XVIII em Portugal.²

O cargo de engenheiro-mor do reino existia já antes de 1580. Mas foram as necessidades determinadas pelas Guerras da Restauração que iriam permitir a aceleração do processo levando à criação da Aula de Fortificação e Architectura Militar (13 de Julho de 1647) regida por Luís Serrão Pimentel (1613-1679), engenheiro-mor do reino desde 1673³, e autor do *Método Lusitano de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares*, impresso postumamente em 1680, primeiro tratado do género publicado em Portugal e com ecos conhecidos no Brasil.

Mas, como afirmou Cristóvão Aires, «o pessoal nacional não era bastante, e a função necessitava de ser ainda melhor definida». O mesmo autor, por outro lado, acrescenta que «a engenharia militar em Portugal só pode verdadeiramente ser considerada como tal desde os fins do século XVII, em que principiou a ter feição característica e um organismo próprio, com a existência de uma corporação de oficiais engenheiros à parte (28 de Maio de 1693); porque até então exerciam a esmo essas funções muitos estrangeiros profissionais, conjuntamente com os portugueses, e os ajudantes habilitados com o curso das academias militares, os quaes com a designação (que continuou) de *officiaes de infantaria com exercicio de engenheiros*, subiam postos na infantaria, permanecendo todavia no mesmo exercício, mas sem nenhuma ligação entre si.»⁴

Com efeito no reinado de D. Pedro II sucederam-se as medidas para suprir a carência que o Reino revelava naquele domínio. Para além da criação do referido corpo de Engenheiros surgem, até ao início do século XVIII, aulas de Fortificação nos locais de maior desenvolvimento do Reino sendo conhecidas as suas actividades em Viana do Castelo na Baía e no Maranhão.⁵

Já no reinado de D. João V, Manuel de Azevedo Fortes, engenheiro-mor do Reino, formula no seu tratado as regras para os aspirantes ao ofício: «Esta palavra *Engenheiro* quer dizer hum official Militar prompto para todas as funcçoens da guerra, ou seja ataque e defença das Praças, obras de fortificação, alojamentos, ou intrincheiramentos dos exercitos, para os aproches, para os ataques geraes ou particulares». Deveria saber ainda fazer «a distribuição da planta de huma Praça, de hum Palácio, e de hum edifício particular, dar lhe a elevação e a perspectiva com a relação do necessário, e seus ornatos»... «o methodo de tirar as plantas e cartas topographicas com seus perfis, elevação e fachadas, e o modo de as desenhar».⁶

Esta caracterização do *engenheiro* estaria presente nas provas de acesso à profissão determinadas pelo decreto-lei de D. João V datado de 24 de Dezembro de 1732 que criava as academias militares de Elvas e de Almeida:

«Os discipulos que nas ditas Academias se applicarem para seguirem a profissão de engenheiros não subirão aos postos sem serem examinados»... «e serão perguntados sobre todas as partes de que se compões aquela profissão, como acampamentos, entrincheiramentos dos Exercitos, ataques gerais e particulares, medições, plantas e Cartas Geográficas, e mais particularmente no que respeita às fortificações, ataques e defesa e methodo das ditas fortificações, mas com igual cuidado aprenderão o modo com que se devem fabricar com segurança, para que não haja engano na escolha dos materiais, e tudo o mais que depende da prática».⁷

Veremos adiante como estas preocupações faziam parte do quotidiano dos engenheiros militares empregues no Brasil, particularmente na área em que aprofundámos o nosso estudo presente, a capitania de Mato Grosso estabelecida em 1748, território de imediata importância estratégica nas questões fronteiriças, confinante com as províncias espanholas de Moxos, Chiquitos e Assumpção do Paraguai, criada para «cobrir e servir de barreira ao interior do importantíssimo Estado do Brasil, como também pelas ricas minas que em si encerra».⁸

O engenheiro militar continuaria a ser ao longo do século XVIII, «o generalista que sempre fora, homem dos mil ofícios não especificados» como bem o observou Rafael Moreira, ocupando-se das mais diversas obras de construção, cartografia, urbanismo, hidrografia, topografia, cosmografia, reconhecimentos, comunicações pelo que se pode imaginar a importância fundamental que assumiu a sua intervenção no desbravar no vastíssimo *sertão* brasileiro numa época que a sua ocupação efectiva se impunha pela conjuntura política da fixação dos limites coloniais disputados pelos dois estados ibéricos.

De todos estes contributos centremo-nos esquematicamente sobre os que nos parecem mais relevantes face aos condicionalismos do período em análise: a cartografia, o urbanismo e as fortificações:

1 — Cartografia

São evidentes as carências de que Portugal sofria, então, neste domínio.

Azevedo Fortes chamado por D. João V para a «fábrica dos Mappas ou Cartas Geographicas» destinados à recém fundada «Academia Real da História Ecclesiastica e Secular destes Reynos» logo compôs um *Tratado do modo mais facil e o mais exacto de fazer as Cartas Geographicas*, publicado em 1722, justificando detalhadamente a sua iniciativa:

«Todos reconhecem a grande facilidade, que dão as Cartas Geográficas para a inteligência das histórias; e todos sabem que juntas as cartas à narração compoem o seu mais nobre ornato: mas nem todos reconhecem o grande trabalho, e o largo tempo, de que se necessita para a fábrica delas;

esta foy a razão, que tive para declarar à Academia»... «que me seria impossível satisfazer à minha obrigação, sem que o trabalho se repartisse pelos Engenheiros mais capazes das Províncias: e para que a obra fosse uniforme, feita por hum mesmo methodo e debaixo de hum mesmo ponto, ou petipè, me obrigava a compor um tratado do modo mais fácil, e o mais exacto de fazer as Cartas Geographicas de qualquer Paiz».

O engenheiro-mor do Reino na introdução do mesmo Tratado denunciava o atraso de Portugal na matéria:

«Não me moveo para esta composição a vaidade de me eregir em Author; mas sim a precisa necessidade, vendo que os Engenheiros, que me devem ajudar, não tem cousa alguma, de que se possam valer; por que não sey que haja quem até ao presente escrevesse na lingua Portugueza sobre esta materia; e tambem não sey que haja neste Reyno Carta alguma particular de nehum dos seus Bispados: entre as Cartas geraes, que ha no Reyno, a que passa por melhor, e mais exacta, he a de Pedro Teixeira, que se estampou em Madrid no anno de 1662, a qual (excepto as costas maritimas que se achão menos mal arrimadas) he tão defectuosa, e tão chea de erros de posição, que para o intento presente he o mesmo que se a não houvera.

Digo que me moveo a precisa necessidade, porque sey por experiência que os que melhor sabem a theoria, e nunca fizeram Cartas, se achão bem embaraçados quando a querem praticar no terreno: e a maior parte dos Engenheiros deste Reyno tem pouco exercício das operações da Geografia, e por consequência pouco uso dos instrumentos, de que precisamente hão de usar para fazer as Cartas Geographicas».

Era esta a situação da Cartografia em Portugal em 1722 na análise abalisada de Azevedo Fortes. Apesar das intenções expressas no *método*, que certamente promoveu, as Academias não produziram os técnicos necessários para satisfazer as múltiplas necessidades que se apresentavam ao país. Impunha-se novamente o recurso ao recrutamento de estrangeiros. No caso do Brasil nas expedições científicas referentes às demarcações dos limites vamos encontrar, lado a lado, engenheiros portugueses e estrangeiros encarregados das tarefas cartográficas.

A estes «engenheiros cartógrafos» ou «oficiais de infantaria com exercício de engenheiros», segundo Ângela Domingues, competiria «organizar expedições, realizá-las, anotar informações, escrever relatórios e cartografar o território».⁹

A referida autora arrolaria os seguintes participantes nas campanhas de demarcação de limites de 1755: Sebastião José da Silva e Gabriel Rebelo Rodrigues (portugueses), João Schwebel, Gaspar Grons-feld, Filipe Strum e Adão Brewning (alemães) Henrique Galuzzi e Domingos Sambuceti (italianos o segundo natural de Génova do qual nos ocuparemos mais adiante) e Henrique Wilkens (inglês ?).¹⁰

Na segunda campanha, na sequência do tratado de Santo Ildefonso (1777) diminui sugestivamente o contingente de engenheiros estrangeiros reduzido apenas a Henrique Wilkens e na proporção inversa aumenta o número de portugueses: Euzébio Ribeiros, Pedro Alexandrino de Sousa, Ricardo de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira.

Dos candidatos a esta segunda fase das demarcações foram seleccionados os mais aptos nos domínios da matemática e do desenho dando-se preferência aos alunos da Academia Militar da Corte.¹¹

São inúmeros os testemunhos cartográficos deixados por estas equipas das demarcações, dispersos pelos arquivos portugueses.

De João Schwebel localizámos um precioso códice, contendo 41 mapas aguarelados, pertencente à Casa Palmela, com o título «Mapa Geográfico do Rio das Amazonas thè donde conserva este nome, e que toma o do Rio Dos Solimoens chamado assim pellas nações q' nelle habitam. Juntamente com a grande parte do Ryo Negro thè a Cachoeira grande, comprendendo-se neste ultimo todas as Missoens que administram os P.P. Carmelitas. Com os prospectos dos Lugares mais famosos cerconvizinhos dos ditos Ryos.

Executado pello Capm. Enghro João André Schwebel. no Anno 1758».

A este códice, haverá a somar os trabalhos inventariados por Sousa Viterbo que referindo-se aquelas missões científicas diz que Schwebel «foi talvez dos que mais trabalharam» acrescentando que «pelo menos é da sua actividade que restam mais vestígios.»¹²

De Wilckens, Pedro Alexandrino de Sousa, Joaquim José Ferreira, Ricardo de Almeida Serra encontramos testemunhos cartográficos no Arquivo da Casa da Ínsua, cujo acervo cartográfico, reunido pelo célebre Governador de Mato Grosso, Luis de Albuquerque e Caceres, constitui o mais importante núcleo privado conhecido em Portugal para o estudo do Brasil da segunda metade do século XVIII, em particular, na área daquela Capitania.

Na exposição efectuada em Lisboa em 1960 sobre o tema a *Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português Antigo e Moderno* fica-nos uma ideia da fecunda actividade desenvolvida na área da Cartografia, reunindo-se 466 espécimes sobre o Brasil em grande respeitantes ao século XVIII.

O contributo dos engenheiros militares, neste domínio foi fundamental, não se limitando o contingente interveniente aos participantes arrulados nas expedições dos limites, tornando-se o conjunto de nomes muito largo para os enumerarmos individualmente. Fica-nos, sobretudo, a ideia do trabalho de reconhecimento de vastas regiões do interior do Brasil, dos levantamentos topográficos e das redes hidrográficas, da geografia física à humana, num verdadeiro compêndio que fez chegar uma nova imagem mais rigorosa do grande estado do Brasil aos centros de decisão metropolitanos.

Juntamente com as cartas juntavam-se relatórios circunstanciados sobre os itinerários de comunicações fluviais e terrestres, da ocupação humana, dos colonos e dos gentios, das actividades económicas, das riquezas minerais, das espécies animais e vegetais, num quadro em que estas *bandeiras* científicas complementavam outras iniciativas iluministas de que é exemplo maior a Viagem Filosófica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira.

As actividades destas expedições tinham determinada maleabilidade devendo obedecer às solicitações dos governadores locais na condução dos trabalhos. Tal é o exemplo que retemos de uma recomendação enviada à comitiva da segunda campanha de demarcações pelo Governador de Mato Grosso:

«O regresso dos referidos oficiais para esta Capital [Vila Bela] desde a expressada Vila do Cuiabá, afim de que se tire mais alguma vantagem deverá ser por terra não seguindo porém a estrada ordinária que se encaminha a Vila Maria, mas trazendo a direcção do Novo Arraial e Julgado a que o puz o nome de S. Pedro D'El Rey bastantes legoas mais para o Sul na dita estrada, para que o verdadeiro lugar deste interessante estabelecimento e descoberto de Minas se determina também Astronomicamente e haja de lançar em seu devido lugar no Mapa grande»....¹³

Um «Mapa Grande» ia sendo metodicamente construído com base nos contributos das etapas exploratórias e respectivos apontamentos. Sabemos por outro documento que em Maio de 1789 o capitão engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra se encontrava a fazer um grande mapa geográfico (Governo e limites do Mato Grosso) sob a orientação dos Drs. Francisco José de Lacerda (matemático) e António Pires da Silva Pontes (Astrónomo).¹⁴

Os engenheiros participantes nestas duas etapas das demarcações dos limites fronteiriços não se limitaram, contudo, à cartografia ou às actividades inerentes aquelas expedições. Pelo contrário, muitos são os casos em que, os engenheiros, concluídas as suas missões naquele âmbito, prolongavam a sua estadia no Brasil onde era manifesta a falta daqueles profissionais sempre reclamados na correspondência oficial enviada para o Reino.

Ainda relativamente à Cartografia acrescentemos um importante epílogo. Através de uma súplica apresentada em 1803 por José Joaquim Freire e Manoel Tavares da Fonseca, tenentes da Armada real empregues na Casa do Risco do Real Jardim Botânico da Ajuda, sabemos terem aqueles dois desenhadores terem procedido à elaboração de uma carta geral do Brasil sob a direcção de António Pires da Silva Pontes, como nos revela o documento, «foram elles os que debaixo da Direcção do Capitão de Fragatas Pontes, Reduzirão e Organizarão a Charta Geografica de Projecção Esphérica, da Nova Lusitania, ou América portuguesa a primeira que daquelle Genero tem havido».¹⁵

Num outro documento, um requerimento apresentado pela viúva de Manoel Tavares, descreve-se a carreira profissional do desenhador referindo-se que «foi ele [Tavares], e outro companheiro encarregados de organizarem, a primeira Carta Geral de todo o Brasil: debaixo da direcção, e pontos de longitude e latitude, dados pelos Douctores António Pires da Silva Pontes, e Francisco António Ciera, em vista de mais de setenta cartas de diferentes Escallas, e porções parciais daquelle vasto Império, a primeira que apareceu, e a única que ainda hoje há, daquelle novo Mundo.»¹⁶

Por estes dois extratos documentais registamos o encerramento de todo um ciclo programado, que depois de um exaustivo trabalho de campo de reconhecimento sobre o terreno se consubstanciava sinteticamente na primeria grande Carta moderna do Brasil realizada «em vista de mais de setenta cartas de diferente escala». Os engenheiros militares, homens dos mil ofícios, em colaboração com os matemáticos e os astrónomos o tornaram possível.

2 — Urbanismo

Conhecem-se de há muito as estreitas relações entre a engenharia militar e as soluções urbanísticas coloniais. Têm sido também estudados os processos que levaram os engenheiros militares a aproximarem-se dos conceitos urbanísticos renascentistas, ditos utópicos, e da sua transposição para a arquitectura militar de que nos chegam ecos na respectiva tratadística a que não escapam os trabalhos de Luís Serrão Pimentel.¹⁷

Tavares Chicó¹⁸ já comentava o reflexo do fenómeno no traçado das cidades portuguesas do Oriente, sendo, recentemente, o tema retomado por Renata Malcher de Araújo.¹⁹

No que diz respeito ao Brasil são conhecidas as intervenções da engenharia militar em vários planos de urbanização anteriores ao século XVIII como são os casos de S. Salvador ou de S. Luis do Maranhão onde são evidentes as tendências de regularização dos traçados. Apresentam-se justificações baseadas nas tradições dos práticos «arruadores»²⁰ ou em soluções mais eruditas de modelos importados.²¹

No período e área que nos interessa Paulo Santos refere a intensificação da regularidade urbanística nas cidades e vilas criadas no Brasil ao longo da segunda metade de Setecentos: «Com o findar do século XVIII, sob a influência da engenharia militar, acentua-se a preferência pelos traçados ortogonais nos projectos das povoações.»²²

O autor atribui esta tendência aos traçados hispânicos vizinhos, como os de Buenos Aires e Santiago do Chile, reafirmando «que essa nova orientação tenha sido senão oriunda da influência hispânica, pelo menos reforçada por essa influência, numa ocasião em que tantas foram as aproximações entre os dois povos para preparo do Tratado de Madrid.»²³

Paulo Santos relega para posição secundária a responsabilidade, nessa mudança, dos engenheiros militares portugueses, que na sequência da reconstrução de Lisboa, tinham atingido um protagonismo central nos assuntos urbanísticos como se depreende da leitura das *Dissertações* de Manuel da Maia.

A documentação que analisámos, referente aos contributos dos engenheiros militares na área do urbanismo, fornece elementos que permitem clarificar as suas principais linhas de intervenção que esquematizaremos no quadro seguinte:

A — *Novas fundações ou com profundas remodelações*

- a) povoações.
- b) aldeamentos para o gentio.

B — *Adaptação de núcleos primitivos já instalados (vilas do interior ou arraiais mineiros).*

Sigamos cada um destes tipos de intervenção através de um exemplo padrão:

A — a) O estabelecimento de novos povoados no interior do sertão e em particular na zona do Mato Grosso seguiu, como já vimos uma estratégia defensiva, na perspectiva de definir linhas de detenção que servissem de «barreira» às tentativas de expansão espanhola num período em que se debatiam as demarcações dos respectivos limites fronteiriços. O exemplo mais sugestivo é o da fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, no coração de uma nova zona mineira em desenvolvimento. Paulo Santos dá-nos a seguinte notícia:

«Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres levou consigo o engenheiro Francisco da Mota (o autor deverá querer referir-se a Salvador Franco da Mota que sabemos ter já falecido em Setembro de 1777)²⁴ a quem incumbiu de dar novas normas urbanísticas à Vila. Esta foi traçada com todas as ruas cruzando-se em ângulos rectos e quase em xadrês perfeito e tendo no centro uma praça inteiramente quadrada em que é nítida a influência dos traçados hispânicos».

O documento régio que determinava a fundação da vila, datado de Agosto de 1746, inclui instruções claras do ponto de vista urbanístico:

O sítio escolhido deveria ser saudável, com boa água e lenha bastante. Determinada a praça, ponto de partida da nova vila, no meio da qual se levantaria o pelourinho, e onde ficaria localizada a igreja, o Ouvidor deveria fazer «delinear por linhas retas, a área para as cazas se edificarem deyxando ruas largas e direytas»... «e as ditas cazas em todo o tempo serão feytas todas no mesmo perfil no exterior»... «de sorte que se conserve a mesma formosura da terra e a mesma largura das ruas».

Junto da vila deveria ficar terreno livre «para logradouro publico e para nele se poderem edificar novas cazas, que serão feytas com a mesma ordem e concerto com que se mandam fazer as primeiras», casas essas que os oficiais da Câmara «arruarão».²⁵

Estas instruções de onde emerge uma ideia imediata de traçado regular não constituíam já novidade, antes a sua repetição em cartas régias anteriores, como é o caso datado de 1736 de Vila Boa (Góias), pressupõe que estas directrizes tinham já um sentido programático.

Por outro lado, sobressai o valor embrionário da Praça como ponto de partida do desenvolvimento urbano e a conhecida noblitação dos edifícios públicos: Igreja, Casa da Câmara, Cadeia e da representação do poder, o pelourinho.

A preocupação em estabelecer a vila segundo linhas rectas deixando ruas largas e direitas e casas com o mesmo perfil no exterior poderiam ser aplicadas aos planos da reconstrução pombalina de Lisboa realizada posteriormente. Por último depois das casas edificadas competiria aos oficiais da câmara a respectiva *ruação*, terminologia a que já nos referimos anteriormente²⁶, e cuja aplicação complementa o sentido urbanístico do documento.

Mas a realidade prova que com frequência estes modelos de urbanização se tornavam utópicos, dependendo da capacidade política para a sua passagem à prática que só parece ter-se tornado eficaz quando a dinâmica da mensagem pombalina, ganhando novo alento no capítulo do urbanismo com a reconstrução de Lisboa liderada pela engenharia militar, encontrou os agentes ideiais para

a sua propagação metódica de que encontramos um exemplo tipo na pessoa do capitão General de Mato Grosso Luis de Albuquerque e Cáceres.

A Vila Bela da Santíssima Trindade de Luis Cáceres, arribada a capital do Mato Grosso, (fig. n. 1) é o exemplo cumpridor da regularidade planeada pelo poder central. Lisboa já anteriormente o determinava, mas agora tinha a possibilidade de com maior rapidez e precisão saber se as suas instruções eram cumpridas. A enorme produção cartográfica a que se associavam os «prospectos» realizados pelos engenheiros ou pelos desenhadores-naturalistas em constante viagem pelo continente brasileiro chegavam rapidamente ao centro do sistema. O poder para além da escrita tinha agora a imagem,²⁷ instrumento de controle poderoso, espelho no qual os capitães gerais deveriam reflectir a sua fidelidade e competências.

Neste quadro, importa, a nosso ver, não descurar o factor dessa capacidade administrativa pom-balina na concretização de modelos já anteriormente propostos e analisar com outra ponderação, senão na própria essência, pelo menos nos aspectos cronológicos, as propostas sobre a prioridade da influência hispânica catalisada a partir do período referente ao Tratado de Madrid (1750).²⁸

Para além de Vila Bela, há a registar a fundação de outras povoações na estratégia de criação de uma *marca* defensiva junto da fronteira. Nomeadamente Santa Maria do Paraguai²⁹ (1778) e Cazalvasco³⁰ (de quem se encarregou em 1885 o engenheiro Joaquim José Ferreira um dos participantes na segunda campanha de demarcações) seguem esquemas urbanísticos regulares.

Fora desta área, na distante zona do Pará, registamos outra situação digna de registo a da vila Mazagão, que nos interessa particularmente por constar do *curriculum* do engenheiro genovês Domingos Sambuceti, de que trataremos mais adiante. Por agora anotemos que se trata de outro exemplo importante de traçado ortogonal, que Paulo Santos comparou a «uma esquisse de Mondrian», projecto que Sambuceti reivindica como obra sua como o atesta uma suplica³¹ que publicamos em anexo (apêndice documental, doc. n. 2).

No referido documento Sambuceti assume-se como o responsável pelo reconhecimento do terreno, registos cartográficos, escolha e preparação do local, projecto da planta, tarefas que no seu conjunto, a acreditar no suplicante, ultrapassariam a mera condição de ajudante do Capitão Inácio da Costa Morais Sarmiento que Paulo Santos refere como principal promotor da nova povoação criada para receber os habitantes da cidade norte-africana, com o mesmo nome, recém abandonada pela Coroa Portuguesa.

Em síntese a regularização dos traçados das novas vilas generalizou-se ao longo da segunda metade de Setecentos na justa medida em que a mensagem dirigida de Lisboa encontrava no sertão os meios humanos e técnicos indispensáveis ao seu cumprimento. Por outro lado o modelo não se desenvolveu universalmente como o prova, por exemplo, a fundação do arraial de S. Pedro D'El Rey verificada já no período do governo de Albuquerque e Cáceres e de traçado irregular. Depreende-se a necessidade de controle e vigilância no processo de criação de novos povoados. Sem este enquadramento o modelo *orgânico* reemergeia indiferente aos padrões oficiais reticulares.

Observemos agora os contributos dos engenheiros militares nos outros modelos do esquema apresentado.

A — b) *Aldeamentos para o gentio*

Pertencia ao quadro das preocupações correntes da administração colonial no Brasil deste período pos-escravatura a reinstalação de povoações indígenas para as quais se faziam «fábricas regulares» como é o exemplo do «novo aposento para os índios da aldeia de S. Miguel» projecto executado em Dezembro de 1765 pelo Sargento-mor engenheiro José Mathias de Oliveira Rego (fig. n.º 4).

Em carta enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datada de 16 do mesmo mês o Governador do Mato Grosso, João Pedro da Câmara, referia que a aldeia de S. Miguel era composta de Índios, que no tempo da guerra haviam passado da Missão Castelhana à parte portuguesa, ficando instalados nas proximidades do Destacamento militar de N. S. da Conceição, situação que gerou distúrbios com a respectiva guarnição atraída pelas índias e pelas plantações dos indígenas. Tais conflitos levaram a que a aldeia fosse mudada «para outro sítio rio acima, quatro léguas distante da primeira, de muito bons ares e largueza bastante». O projecto de Oliveira Rêgo destinava-se a esta nova aldeia.

A traça apresentada, reproduz bem a linguagem urbanística da engenharia militar, transportada a uma nova função que poderíamos aproximar aos esquemas de campanha que os antigos escritos de Luís Serrão Pimentel incluíam.

O mesmo programa de regularidade, de linhas ortogonais, a emblemática praça quadrada dominando o conjunto, e cercada pelas edificações principais, neste caso a igreja, as casas do padre e do director e o engenho do açúcar.³²

B) — *Adaptação de núcleos primitivos já instalados (vilas do interior ou arraiais mineiros).*

É conhecida a forma como foi, inicialmente, feito o povoamento de Mato Grosso, na sequência das bandeiras exploratórias do gentio e das riquezas mineiras.

O «descoberto» de zonas de garimpo, motivava uma rápida corrida ao ouro, deslocando populações e escravos, que construíam de forma espontânea os seus povoados, os «arraiais», num esquema predominantemente improvisado e irregular.

A constante circulação de notícias dos «descobertos» originava novas migrações, tornando parte substancial destas populações de difícil fixação, o que era contrário à estratégia da Coroa portuguesa que, para além dos benefícios fiscais relativos à tributação do ouro, precisava estruturar um sistema de controlo dessa produção, (já para não falar dos diamantes, monopólio régio) e sobretudo estabilizar uma barreira populacional demarcadora da fronteira com os domínios castelhanos.

Muitos são os exemplos das iniciativas tomadas para enraizar essas populações e reformular os seus primitivos arraiais típicos das capitanias mineiras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Cuiabá do Mato Grosso nasceu de um destes arraiais. Na mesma Capitania localizámos um exemplo interessante de um projecto para a reforma de um desses estabelecimentos.

Num primeiro momento o Governador toma conhecimento da situação do arraial informação que transmite para Lisboa:

«O informe e irregularissimo estabelecimento dos Araez no districto deste Governo que se acha situado sobre a margem esquerda do Rio que aqui chamam das Mortes»... «se achava até ao presente pela sua grande distância, e pouco comunicável situação, em huma negligencia, inevitabilidade, e desordem conhecidas; Por todas estas razões julguey ser d'huma muito urgente necessidade, e immediata obrigação minha mudar inteiramente a forma daquele estabelecimento, e fazer toda a diligência por introduzir-lhe quanto possível fosse, hum modo de viver menos grosseiro, e silvestre e aquela sujeição de que tanto precisava...»³³

Para cumprir a reforma desejada o referido Governador incumbe o Sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponês, transmitindo-lhe detalhadas instruções sobre as acções a executar.

«... «Sera hum dos seus primeiros cuidados, e diligencias o examinar atentamente o terreno em que se acham presentemente situadas as casas, ou habitações dispersas, se he comodo e proporcionado para nele se viver e edificar Povoação; a saber se he salutífero, provido de água e lenha, d'alguma terra fertil para a cultura das ortas, e das mais vezinhanças que se fazem indispensáveis para a conservação física das Gentes.»

«Examinará sucessivamente se nas paragens vizinhas haverá algum outro lugar melhor situado, e próprio para fazer Domicílio em que se ofresam com ventagem as sobreditas condições; sem extraordinários obstaculos para o preferir, formando nelle a nova Legislação de cazas q̃ he precisa e q̃ se dezeja.

Logo dipois persuadira os moradores com a suavidade e bom modo que achar possível, o quanto útil e conveniente lhes será, o principiarem a regular o seu Estabelecimento q. para o futuro pode vir a engrandecer consideravelmente por huma escolha de terreno, feita com as circumspectas atenções que asima se indicam e dipois que deste respeito ouver sido tomada hua definitiva deliberação, fará cuidadosamente e sem perda de tempo proceder a hum novo alinhamento de ruas direitas com suas correspondentes travessas e mais partes de q̃ costuma compor-se hua Povoação sevilizada; Para o que se plantarão estacas grandes, ou Mouros, que asinalem os alinhamentos detreminados, juntamente com os diferentes angulos, que for preciso destinar para a formatura das travessas, naquella proporção que o terreno permitir. N.B. Em todo o caso deverá escolher-se hum sítio próprio para hum Largo espasozo, ou Prasa quadrada, senão ouver inconveniente; e junto desta em alguma das faces, deverá ser edificada pelo tempo adiante a Igreja, e Prisão publica, sendo essencial que este terreno seja a pouca diferença hua Planície.»...»³⁴

Este extracto das instruções de Luís de Albuquerque e Caceres constitui um documento fundamental para avaliar os processos de recuperação urbanística e dos seus respectivos promotores. Aí reencontramos o habitual abecedário da *Praça quadrada* com a igreja e prisão pública, para além

das recomendações sobre a escolha do terreno «a pouca diferença de uma planície» até à necessidade do «alinhamento de ruas direitas com as suas correspondentes travessas», tarefa para qual se adianta um método que não andarão longe do utilizado pelos já referidos «arruadores».

O Sargento-mor regressado da sua missão apresenta o relatório solicitado, a partir do qual se traçou uma carta do arraial (fig. n.º 5)³⁵, de que seleccionamos alguns passos sugestivos:

«... «Entra-se neste Arraial subindo e descendo morros; o lugar onde se acham a maior parte dos habitantes dele he humba baixa cercada de morros, e no tempo das agoas faz hum grande Tijucal, e Atoleiros que se não pode adestir nele; tera duzentos e sincoenta passos, immediato a ele para a parte Sul está hu alto aonde se acha a Capela, ahi fiz a Praça quadrada, tem cada fassa trezentos, e quarenta palmos, o Regulamento das cazas tem o seu principio d'o pé da face da mesma Praça correndo em direitura para o Rio das Mortes, e para o Sul; a primeira rua, que he a do meio por principiar do meio da Praça tem de largo sessenta palmos, as duas dos lados, cada hua tem sincoenta; podem-se estender as ruas athe o Rio das Mortes, que terá de cumprido meya legoa, o dito Arraial fica entre dous ribeiroens ambos correm do Norte para o Sul, e se vão meter no Rio das Mortes, e já mandei meter parte da agoa do Ribeyrão de Santo António dentro no arraial e cobre a parte mais superior dele; Os moradores todos tomaram os chãos para as sua cazas, e as estão fazendo com toda a deligência e ficaram agradados da paragem»...»³⁶

Eis, em síntese, alguns exemplos que tornam evidente os vários tipos de intervenção a que foram chamados os engenheiros militares no domínio do urbanismo no Brasil na segunda metade do século XVIII.

3 — Fortificação

A par da tarefa de defesa do litoral, a engenharia militar surge na primeira linha da definição e salvaguarda das fronteiras terrestres do Brasil setecentista.

Temos reafirmado a importância estratégica que a Capitania de Mato Grosso detinha neste capítulo. O povoamento e a fortificação dessas zonas limítrofes foi uma preocupação bem patente na política portuguesa ao longo da segunda metade do século XVIII quando, ainda para mais, se debatia a revisão dos primitivos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas tema central dos tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777). Neste esforço de consolidação da presença portuguesa na extensa área da então capitania de Mato Grosso destacou-se a acção de D. Luis de Albuquerque e Cáceres que foi seu Governador entre 1772 a 1789. Entre os seus biógrafos conta-se Gilberto Freire.³⁷

Em documento anteriormente referido³⁸ descrevia-se a situação militar na Capitania localizando os 12 destacamentos instalados respectivamente no Paragoai Diamantino, Vila do Cuiabá, Registo do Jauru, Palmela, Forte do Príncipe da Beira, Guarajuz, Cazalvasco, Vila Maria de Paragoai, Registo da Insua, povoação de Albuquerque, Presidio de Nova Coimbra e Presidio de Miranda.

Grande parte desta estrutura foi criada nos 17 anos de comando de Luís de Albuquerque e Cáceres.

Na documentação consultada detectámos um punhado de engenheiros militares que se empregaram nestas tarefas como os já citados nos capítulos anteriores, José Matias de Oliveira Rego, Marcelino Roiz Camponês, Salvador Franco da Mota, Domingos Sambuceti, Joaquim José Ferreira, Ricardo Franco de Almeida e Serra entre outros.

De todo o aparato militar da Capitania uma zona sensível mereceu desde cedo uma atenção especial na margem do rio Guaporé. Aí se construíram sucessivamente duas fortalezas a de Nossa Senhora da Conceição, (depois das alterações dos topónimos chamada forte de Bragança³⁹) e a do Príncipe da Beira. A primeira foi planeada por Oliveira Rego a segunda por Domingos Sambuceti.

Façamos, com os dados disponíveis, a breve história destas fortificações.

Em carta datada de 11 de Fevereiro de 1765, o recém nomeado Governador de Mato Grosso, João Pedro da Câmara dirigindo-se a Francisco Xavier de Mendonça Furtado referia:

«Logo que cheguei ao destacamento de N. S.^a da Conceição, que foi a 23 de Novembro do anno proximo passado, communiquei a Meu Antecessor a Ordem de Sua Majestade, participada por V. Exa. para se fazer a Fortaleza no mesmo Destacamento. Depois de assentarmos no sitio mais proprio, e na forma della, immediatamente se expedirão as ordens, ao Sargento Mor Engenheiro para fazer o risco, e os officiaes da Fazenda para mandar ajuntar os materiaes necessários.

A falta de hum delles, que he a Cal fez parecer ao principio impossivel a execução deste projecto; e para ver se se descobria pedra, de que se fizesse, fiz examinar inutilmente todas as montanhas destes contornos. Porém, como me afirma o Mestre, que hum certo barro, de que ha abundância, faz igual effeito, sendo as paredes, fabricadas com elle, tão fortes, e seguras como as de pedra, e Cal, fica remediada esta diffculdade.

A de Pedreiros, havendo tão poucos na Capitania, não causou tão bem pequeno embaraço; mas espero que seha de vencer; para o que mandei ajuntar todos os desta Villa: alguns já partirão, e outros estão promptos a partirem na primeira occasião».

O engenheiro a que se refere o Governador João Pedro da Câmara era Oliveira Rego. No Arquivo Histórico Ultramarino encontra-se a planta do «projecto da fortaleza que se quer fazer no prezidio denominado Nossa Senhora da Conceição»⁴⁰ com a sua assinatura (Fig. n.º 6).

As dificuldades enunciadas são as habituais, falta de materiais (em especial a cal) e de pedreiros e perdurarão ao longo da obra⁴¹ que ficaria concluída em Fevereiro de 1766⁴² um ano após o início da construção.

Cinco anos depois a fortificação encontrava-se muito danificada não resistindo às chuvas e às cheias do rio Guaporé. Foi então aberto um auto para se apurarem as causas e respectivas responsabilidades da ruína a que chegara a Fortaleza já então chamada de Bragança. O comandante do destacamento manda então chamar à sua presença o mestre pedreiro que dirigira as obras do forte «debaixo da inspecção do Engenheiro José Matias de Oliveira»⁴³ solicitando-lhe que realizasse uma vistoria à construção:

Eis alguns pontos que o Comandante colocou ao mestre pedreiro: as razões das ruínas eram consequência dos alicerces ou da má qualidade do terreno em que se achavam fundadas?; qual a qualidade dos materiais utilizados na construção; Se se encontrava a fortaleza sujeita às cheias anuais do rio; se haveria esperança no restauro do forte; que se procurasse um novo terreno para um novo estabelecimento (é sugerida uma vistoria ao Sítio de Santa Rosa).

A 22 de Maio de 1771 é apresentado o «auto do Exame e Vestoria occular que se Fas na Fortaleza de Bragança fundada sobre a margem oriental do Rio Guaporé na capitania do Mato Grosso».

O relator principal seria o mestre pedreiro José Gonçalves Gago administrador da referida obra, «debaixo do risco inspecção e ordens do sargento-mor Engenheiro José Mathias de Oliveira Rego»⁴⁴.

O relatório apresentado apontava em síntese que a praça da fortaleza se encontrava arruinada, estando oito pedaços de muralha já caídos. As causas principais daquela situação seriam a má escolha do terreno que era baixo e sem defesa das inundações do Guaporé, e a natureza dos materiais, pedra e barro, que não resistiam às águas. Quanto à possibilidade de restauro a resposta é clara, a fortaleza não poderia ser reparada solidamente. No texto do relatório aprovava-se ainda o sítio da «Rosa Velha» para uma nova construção, local que tinha ainda a vantagem de se encontrar a um quarto de légua de uma pedreira.

A questão sobe posteriormente ao Governador da Capitania Luis Pinto de Sousa que reporta para Lisboa para Martinho de Mello e Castro em carta datada de 28 de Fevereiro de 1772.

O Governador informa que havia solicitado os pareceres «dos dous engenheiros que ultimamente chegaram a esta Capitania do Estado do Pará». Referia-se a José Mathias de Oliveira Rego e ao Ajudante Domingos Sambuceti.

Pinto de Sousa justifica a sua opção deixando transparecer uma opinião pouco favorável sobre Oliveira Rego:

«Não me pareceo conveniente ouvir neste particular unicamente ao Sargento-mor José Mathias que dirigio aquela obra, por poder parecer suspeito; e nem mesmo julguey indispensável conservado aqui mais tempo, tanto por me parecer igualmente abil o Ajudante que o acompanhou e de genio menos difficil; como por se lhe ter acabado o tempo restricto do seu provimento sem mais a dependência alguma deste Governo.»

O governador concluia, sustentado nos dois pareceres, que a principal causa da ruínas do Forte Bragança se deveriam ao terreno onde se encontrava fundado absolutamente «improporcionado para qualquer género de fortificação» cuja escolha «não poderia eximir des culpas ao sobredito José Mathias».

Matias Oliveira Rego defende-se no seu parecer afirmando ter avisado o Governador e o seu antecessor no momento da construção da fortificação da inaptidão do terreno para a obra, opinião que reafirma, à letra, em alguns passos do relatório, caracterizando-o como sendo de «area man-teiga, que qualquer pequena porção de agoa o penetra» e mais claro ainda defende que «não he capaz de nelle prezistir semelhante obra, nem qualquer outra que de novo se queira fazer»⁴⁵

O parecer de Sambuceti⁴⁶, por seu turno, dá-nos uma completa e detalhada panorâmica sobre os erros praticados no Forte Bragança pelo que não resistimos a transcreve-lo, (Apêndice Documental, Doc. n.º 2) não só pelas informações específicas relativas a esta polémica travada nos confins do sertão, mas também pelo que as considerações revelam das metodologias de trabalho inerentes aos trabalhos destes profissionais, onde sobressaem os reconhecimentos do terreno, os estudos topográficos e hidrográficos, a análise dos materiais, os cálculos poliorcéticos e pirobalísticos, enfim um rol de estudos prévios que deveriam ser efectuados *in loco* antes de se avançar com qualquer projecto de fortificação, e q̃ nos remetem para a formação dos engenheiros tal como a previa Azevedo Fortes no *Engenheiro Português*.

Nesse mesmo ano de 1772 procedia-se à mudança de Governador na Capitania do Mato Grosso iniciando-se o período de comando de Luis de Albuquerque e Cáceres que logo num dos seus primeiros relatórios enviado para Martinho Mello e Castro (mas cujo verdadeiro destinatário era o Marquês de Pombal) se refere ainda à situação do Forte de Bragança e à necessidade da construção de nova fortificação depreendendo-se das suas palavras que teria seguido a escolha do terreno proposta por Sambuceti (V. Apêndice Documental, doc. n.º 1):

«... «esta fortaleza foy fundada em hum terreno condenado aos embates do Rio; que nele se não pode edificar obra sigura, e sustentada, que sobre a mesma margem hum quarto de legoa com pouca diferença mais asima se acha outro terreno solido, siguro, dominante, e de nenhuma parte dominado, no qual se deve por isso principiar logo a edificação d'outra fortaleza com q̃ nos devemos sigurar; conservando-se no entre tanto a que hoje existe athe que a outra se ache no estado de se mudar para ela a Artilharia e a Guarnição Militar, ficando a prezente reduzida a Aldea de Lavradores com algumas tendas miudas para o trafico com os indios vezinhos.»⁴⁷.

Cáceres respeitava o engenho de Sambuceti, apoiando uma súplica do engenheiro genovês ao Rei pedindo aumento de vencimento⁴⁸.

Na referida súplica Sambuceti baseando-se nos seus sucessivos trabalhos, e nas mercês dadas a outros engenheiros em acção no Brasil, de que dá o exemplo de Henrique Galluzio, director das obras da Praça do Macapá, solicita o aumento de posto «com o soldo que se costuma vencer na Capitania de Minas, q̃ vem a ser o dobro do q̃ costumão vencer os Engenheiros no Pará.»...

Sambuceti ainda não se refere às obras do Príncipe da Beira mas apenas da «honra que recebe em ser director de huns trabalhos de tanta importância nesta Capitania.»

Será um documento do mesmo teor que nos permite traçar os principais passos do trajecto do engenheiro genovês no Brasil e que pela sua importância transcrevemos no Apêndice Documental (doc. n.º 2).⁴⁹

Domingos Sambuceti terminaria a sua carreira — e a sua vida — na direcção das obras de construção da nova fortaleza do Príncipe da Beira (fig. n.º 7) edificada para, conforme o previsto, substituir o ruinoso projecto do Forte Bragança.

No Arquivo Histórico Ultramarino existe uma cópia do auto de Fundação daquele Forte datada de 20 de Junho de 1776.

Noutro documento anexo Luis de Albuquerque e Cáceres relata o ponto da situação dos trabalhos:

«O adjunto termo que ponho na Real Prezença de Sua Magestade por mão de V. Exa. he da Fundação da nova Fortaleza neste lugar a que solenemente vim dar princípio no dia 20 do corrente; pondo-lhe o Augusto nome = do Príncipe da Beira = dipois de fazer gravar na Pedra, que con efeito meti nos alicerses, a inscrição que o mesmo termo manifesta.»

«Sem embargo de ser somente agora que se fes praticavel a expreçada diligencia nem por isso tinha deixado de trabalhar-se nas disposiçoens precisas para esta tão considerável obra, desde quazi dous anos a esta parte, sem interrupção e com toda a maior viveza, e cuidado que os meynos permitiram: de sorte que já se conseguiu traçar completamente sobre terreno a dita Fortaleza; tirar e conduzir aos lugares destinados huma suficiente porção de pedra, e de madeiras de varios generos; levantar muitos dos Armazéns, Quarteis, e Oficinas interinos que são indispençaveis; e alem disto que a maior parte da abertura do fosso esteja executada, pelo que toca ao recinto do primeiro baluarte chamado da conceção cujas respectivas faces e flancos estou desde logo mandando revestir, pondo o maior esforço de que as circunstâncias presentes podem ser capazes em que estas obras se adiantem.

Posso sigurar a V. Exa. com bastante satisfação minha que este terreno que vai ser fortificado he sem duvida o mais proprio, e mais vantajozo que no país se descobriria; pois incerra não somente huma pozição muito dominante e defençavel que admite hum Quadrado da necessária extensão regularissimo; mas que tem várias aptidoens que se ignoravam athe aqui e que so por fortuna podiam descobrir-se, cujas farão dispender pode ser que menos huma meya parte do que se esperava segundo os últimos cálculos que agora fiz». ⁵⁰

Luis de Albuquerque dá-nos outras informações na sua correspondência para o Reino que interessam simultaneamente à biografia de Sambuceti e às obras do Forte do Príncipe da Beira.

Com data de 3 de Janeiro de 1777 referia-se nestes termos à carência de engenheiros na obra:

«Na falta dos Engenheiros precizos, ou pelo menos praticantes habeis para assistirem nas diferentes inspecções que demanda tão importante construção, como sem dúvida he a do mencionado forte, tenho feito aplicar e instruir a dois officiais inferiores de sofrível percepção nos Elementos de Geometria e de mecânica demais essencial uzo e necessidade para logo hirem ajudando ao Director de trabalhos; (que sendo o Unico Engenheiro que tenho sem mayor graduação, que a de Ajudante, he na verdade bem inteligente) e me pairesse que mediante este recurso efectivamente senão experimentara nesta parte huma grande falta; senão for pelo que respeita a levantar alguns novos planos, ou a fazer alguns Desenhos asseados»...» ⁵¹

A notícia da morte de Domingos Sambucetti é-nos dada noutra carta de Luis de Albuquerque de 12 de Setembro de 1777. Esta data e a da correspondência anterior constituem as margens do dia preciso em que o engenheiro genovês, ao serviço da Coroa portuguesa, faleceu no Brasil: entre 3 de Janeiro e 12 de Setembro de 1777. Fixemos o testemunho do Governador do Mato Grosso:

«A cazoalidade de terem falecido de doença os duos únicos oficiaes Engenheiros que eu tinha nesta Capitania; a saber o Capitão Salvador Franco da Mota e o Ajudante Domingos Sambuceti, de que também dei conta na real Prezença; teria sem dúvida posto em hum grande embaraço as ditas obras enquanto não fossem substituídos aqueles officiais, se eu mesmo não tomasse sobre mim o detreminar e regular desde logo todos os profiz correspondentes, Elevaçoes e mais medidas e cálculos necessários, sobre o plano desta Fortaleza que primeiro havia projectado...»⁵²

Sambuceti falecia sem obter a promoção porque se havia batido desde há muito. Viterbo apenas publica um documento relativo a este engenheiro,⁵³ sobre o qual outras notícias sempre superficiais ou até imprecisas⁵⁴ circulam. Pensamos que esta documentação, que julgamos desconhecida, possa fazer outra luz sobre a sua obra no Brasil.

O documento acima transcrito dá-nos também notícia de como o Governador substituiu os engenheiros e ainda da morte de Salvador Franco da Mota que pensamos ser o mesmo Francisco da Mota que Paulo Santos refere como participante no plano urbanístico de Vila Bela como já vimos anteriormente. Registámos outra missão deste oficial em viagem de reconhecimento até ao Fexo dos Morros, por ordens de Luis Cáceres, em Dezembro de 1772, correspondendo a um pedido das populações para a construção de uma fortaleza naquele local.⁵⁵

Neste domínio inesgotável da tarefa dos engenheiros militares no domínio da fortificação registaremos, por fim, a autoria do Forte de Coimbra «elaborado segundo sugestão e projecto de Ricardo Franco de Almeida Serra»,⁵⁶ derradeiro esforço nessa acção colectiva de consolidação das fronteiras da Capitania do Mato Grosso já no dealbar do século XVIII.

Podemos concluir em síntese que ao longo do século XVIII se intensificou a acção dos engenheiros militares no Brasil. Fixação de fronteiras, reconhecimento do espaço, ocupação do território, tarefas executadas por um corpo de homens destros, formados nas Academias ou recrutados no estrangeiro, aptos a resolverem sobre o terreno os múltiplos desafios que se lhes deparavam continuamente.

O contingente sempre foi, contudo, insuficiente pelo que com frequência os engenheiros eram chamados a formar em plena campanha ajudantes seleccionados no local entre os jovens militares que se revelavam mais dotados.

Surgiu assim um escol de profissionais, cujas funções abrangiam um largo espectro, constituindo um funcionalismo na dependência directa do Estado, enquadrados no Exército, que forem progressivamente preenchendo as evidentes lacunas no processo de colonização do sertão, profissionalizando tarefas e uniformizando soluções, permitindo uma nova velocidade na organização do espaço físico brasileiro.

Neste esforço de planeamento, do voluntarismo bandeirante às concepções iluministas, coube aos engenheiros militares um papel determinante na evolução entre esses dois modelos de desenvolvimento.

Salientámos particularmente a sua acção nas áreas da Cartografia, Urbanismo e Fortificação mas a sua actividade estender-se-ia a outros domínios igualmente fundamentais como o da abertura de vias de comunicação, levantamentos topográficos, geológicos e hidrográficos, arquitectura civil e religiosa, até aos simples registos gráficos de *História Civil* e *História Natural*, manifestação clara de uma inesgotável polivalência, num leque de funções muito variado, onde encontramos como denominador comum mais sólido os conhecimentos de matemática e de desenho, e sobretudo a capacidade de *realizar*, de encontrar soluções, através da adaptação dos esquemas teóricos assimilados às exigências impostas casuisticamente pela imprevisível realidade de um vastíssimo território então desconhecido.

NOTAS

¹ Palavras sugestivas recordadas por Max Justo Guedes na Apresentação do trabalho de Angela Domingues *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura*, Lisboa 1991, pág. I.

² Questão terminológica que Sousa Viterbo pragmaticamente contornou ao publicar o seu *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899. Sobre a questão das funções do engenheiro (militar) em relação aos outros ofícios da mesma genealogia dos construtores nomeadamente dos arquitectos veja-se por exemplo Anni Gunther Nonnel «Arquitectos e Engenheiros na época de D. João V — O Aqueduto das Águas Livres» in *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, 1991, II Volume, pp. 133-138, ou ainda a síntese de Bertrand Lemoine *Architettura e Ingegneria come Professioni*, Milano, 1993 (tradução italiana de Laura Majocchi).

³ Sobre Luis Serrão Pimentel veja-se o recente artigo com o mesmo nome publicado por José Fernandes Pereira in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa, 1989, pp. 354-355.

⁴ Cristóvão Aires (de Magalhães Sepulveda) *História orgânica e Política do Exército Português — Provas*, Vol IV, pp. 103-104.

⁵ Veja-se Rafael Moreira. *Engenharia Militar in Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Lisboa 1989, pp. 155-156.

⁶ Idem. Ibidem. Azevedo Fortes, personalidade de referência na História da Engenharia em Portugal ao longo dos vários trabalhos que redigiu e viu publicados analisa desenvolvidamente a questão das funções e respectivas qualificações do engenheiro. Veja-se por exemplo o *Engenheiro Português*, em especial os capítulos XI e XII do livro oitavo (II Tomo) ou a *Oração Académica* (Lisboa, 1739) ou ainda a *Representação Feyta a S. Magestade... sobre a forma e direcçam, que devem ter os Engenheyros para melhor servirem ao dito Senhor neste reyno e suas Conquistas*, Lisboa, MDCCXX. Veremos ao longo deste estudo a forma como o perfil ideal do Engenheiro traçado por Azevedo Fortes se propagou, na prática, no espaço e período em análise.

⁷ Cristóvão Aires, op. cit., pág. 110.

⁸ A.H.U., Mato Grosso, Caixa 30, doc. 56. Carta relatório sobre a fronteira da Capitania enviada de Villa Bella do Mato Grosso pelo Capitão General Caetano Pinto de Miranda Montenegro em 29 de Dezembro de 1798.

⁹ Angela Domingues, op. cit. pág. 23.

¹⁰ Sousa Viterbo não refere a sua nacionalidade, o mesmo acontecendo noutra compilador dos engenheiros militares com actividade conhecida no território brasileiro A. Lyra Tavares *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*, s.l. 1965, título sugestivo, mas cujo conteúdo resiste mal a uma leitura atenta, contendo, até, algumas imprecisões.

¹¹ Angela Domingues, op. cit., pág. 24.

¹² Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses...* Vol III, pág. 26.

¹³ A.H.U., M.G., Cx. 22, doc. 38 de 4 de Abril de 1786.

¹⁴ A.H.U., M.G., Cx. 24, doc. 1, de 2 de Maio de 1789.

¹⁵ Arquivo Histórico Militar, 3.^a Divisão, 7.^a secção, Cx. 638.

Em anexo ao documento referido encontra-se um quadro intitulado «Resumo dos Mappas, Chartas Geographicas, Plantas, que se tem copiado, e Reduzido, no Real Jardim Botânico, por ordem do III^o Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho, desde 26 de Março de 1797 até ao presente anno de 1803.» O quadro contabiliza 51 mapas sendo vários os respeitantes ao Brasil. Freire foi um dos desenhadores de Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) e dos registos gráficos desta expedição constam também espécimes cartográficas. Sobre a actividade destes desenhadores mais tarde integrados também no corpo de Engenharia veja-se Miguel Faria *Os estabelecimentos artísticos do Museu de História Natural do Palácio Real da Ajuda e a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues ferreira in* Anais da Academia da Marinha, 1992.

¹⁶ A.H.M., 3.^a Divisão, Caixa n.º 672.

¹⁷ Vejam-se por exemplo as correspondências com os desenhos do tratado manuscrito *Das Fortificações de Campanha* existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (res. Cod. 7013).

¹⁸ Mario Tavares Chicó «A cidade ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia» in *Garcia da Orta*, número especial, Lisboa, 1956.

¹⁹ Renata M. Araújo, *Engenharia Militar e urbanismo in História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. Rafael Moreira, Lisboa, 1989, pp. 255 e seguintes.

²⁰ Renata Araújo, op. cit. pp. 259-260, sintetiza a questão: «Como expressão sintética da prática urbanizadora dos engenheiros militares portugueses, este verbo «arruar», de que não existe equivalente noutra língua, acompanhará todo o processo de formação das cidades nos territórios ocupados por Portugal: Descendente provável de antigas práticas medievais de medição herdadas da náutica pelos engenheiros, arruar ou «fazer arruação» era o acto de abrir e delinear as ruas dos assentamentos urbanos por meio de cordas e instrumentos usados na navegação, como a bússola. Uma verdadeira atitude de projecto efectuada sobre o próprio terreno. Tal metodologia totalmente pragmática, foi uma das alternativas mais eficientes par dar resposta às tarefas de urbanização que territórios tão vastos requisitavam.»

Rafael Moreira no seu trabalho «Uma desconhecida utopia urbana pombalina: O Tratado de Ruação de José de Figueiredo Seixas» in *Pombal Revisitado*, Lisboa, 1984, define, por seu turno, desta forma a origem do termo: Tratava-se, pois, de um antigo termo de purgão técnico, da linguagem oral dos profissionais de pontes e calçadas, urbanistas ou ruadores, esse numeroso corpo de engenheiros militares treinados nas Aulas de Fortificação em traçar e abrir no terreno novas ruas, alicerces e trincheiras — cujo campo privilegiado de acção era agora o Brasil.»

O referido manuscrito de Figueiredo Seixas *Tratado da Ruação para emenda das ruas das cidades, vilas e lugares deste Reino* (BNL código 6961) intervenção precoce no debate teórico do urbanismo, enquanto área autónoma, defende radicalmente a racionalização do desenvolvimento urbano sob o primado da regularidade, dos paradigmas da «rectidão» ou e da «linha recta», dinâmica regeneradora não só das cidades e vilas mas de ordenamento de todo o país transformado para o efeito num gigantesco tabuleiro de damas. O tratado é oferecido a Pombal acompanhado de uma intencional sugestão introdutória formulada para que «se incline a estabelecer por Ley a Arte da Ruação», sendo um elemento importante na avaliação dos modelos urbanísticos equacionados na época pese embora o seu teor utópico e a relatividade indeterminada no seu impacto.

²¹ Rafael Moreira *Les «grands-ingénieurs du Royaume» et la circulation des formes dans l'Empire portugais in Portugal et Flandre*, catálogo da Europália, Bruxelas, 1991.

²² Paulo F. Santos *Formação de Cidades no Brasil Colonial* - V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra 1968, pág. 64.

²³ Id. ibidem.

²⁴ A.H.U., M.G., Cx 17, doc. 48.

²⁵ «...» O sítio que se eleger para a fundação da dita vila seja o mais saudável, e em que haja boa água para beber, e lenha bastante, e se determine o lugar da praça no meyo da qual, se levante o pelourinho, e se assinala área para o edyfício da Igreja capaz de receber competente numero de freguezes, quando a povoação se aumente, e fará logo ele Ouvidor delinear por linhas retas, a area para as cazas se edificarem deyxando uras largas e direytas, e em primeiro lugar se determine nesta área, as que se devem fazer para a Camara, Cadeya, Caza das Audiencias, e mais officinas públicas, e os officiaes da Camara depois de eleytos darão os sitios que see lhes pedirem para cazas nos lugares delineados e as ditas cazas em todo o tempo serão todas no mesmo perfil no exterior, ainda que no interior as fará cada morador à sua vontade, de sorte que se conserve a mesma formusura da terra e amesma largura das ruas. Junto a Vila fique bastante terreno para logradouro público e para nele se poderem edificar novas cazas, que serão feitas com a mesma ordem e concerto com que se mandam fazer as primeiras e deste terreno se não poderá em algum tempo dar parte alguma de sesmaria, nem de aforamento sem ordem Minha que derroque esta, porque sou servido que fique para uso púbico e para se edificarem cazas que os officiaes da Camara arruarão.» Documento transcrito de Paulo Santos, op. cit. pág. 59.

²⁶ Veja-se supra nota 20.

- ²⁷ Sobre esta matéria veja-se Miguel Faria *O Desenho em Viagem em Oceanos*, n.º 9, Janeiro de 1992.
- ²⁸ Paulo Santos, op. cit., pág. 64.
- ²⁹ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 18, doc. 37, de 20 de Novembro de 1778. Este documento contém o auto de fundação da Vila Maria do Paraguai. Vejam-se também as aguarelas inéditas dos alburns da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira existentes no Museu Bocage de Lisboa (fig. n.º 2).
- ³⁰ A.H.U., M.G., Cx. 22, Doc. 19 de 2 de Janeiro de 1785. Veja-se também o acervo do Museu Bocage citado na nota anterior (fig. n.º 3).
- ³¹ A.H.U., M.G., Cx. 16, doc. n.º 45 de 19 de Maio de 1775.
- ³² Um outro exemplo deste tipo é o de Aldeia Maria (Góias) A.H.U., M.G., Cx. 16, doc. 2 de 4 de Janeiro de 1774.
- ³³ Documento anexo ao citado na nota anterior.
- ³⁴ A.H.U., Cartografia Manuscrita, Mato Grosso, 855.
- ³⁵ A.H.U., M.G., Cx. 16, doc. 39-A de 10 de Fevereiro de 1775.
- ³⁶ Gilberto Freire *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luis de Albuquerque Governador do Mato Grosso*.
- ³⁷ Veja-se supra nota 8.
- ³⁸ A.H.U., M.G., Cx. 13, Doc. 39 de 15 de Junho de 1769.
- ³⁹ A.H.U., Cartografia Manuscrita, Mato Grosso, 852.
- ⁴⁰ A.H.U., M.G., Cx. 12, doc. 46 de 10 de Outubro de 1765. «A obra vai caminhando com lentidão, por falta de Pedreiros e estarem estes poucos, que há, quase sempre doentes pela má qualidade do clima».
- ⁴¹ A.H.U., M.G., Cx. 12, doc. 60 de 10 de Fevereiro de 1766.
Relatava ainda João Pedro da Camara «Apesar dos maiores obstáculos da falta de materiais e de pedreiros, que fiz vir de todas as partes da Capitania, tive a felicidade de concluir a obra, no modo possível de pedra, paos, e terra, ficando bastantemente forte e defensável como confessarão os Castelhanos quando a vierão reconhecer. A sua fabrica, he conforme a planta que já remeti a V. Exa.; ainda que depois achei conveniente mandar-lhe fazer mais um Baluarte para a face do Rio.»
- ⁴² A.H.U., M.G., Cx. 15, doc. 2 de 18 de Junho de 1771.
- ⁴³ Documento em anexo ao citado na nota anterior.
- ⁴⁴ A.H.U., M.G., Cx. 15, doc. 38.
- ⁴⁵ Em anexo ao documento citado na nota anterior. Veja-se o Apêndice Documental, doc. n.º 1.
- ⁴⁶ A.H.U., M.G., Cx. 16, doc. 9 de 14 de Fevereiro de 1774.
- ⁴⁷ A.H.U., M.G., Cx. 16, doc. 28, 30 de Setembro de 1774.
- ⁴⁸ A.H.U., M.G., Cx. 16, doc. 28, 30 de Setembro de 1774.
- «... Este official (Sambucetti) he bastante abil e tem huma muito ampla instrução ainda sobre os conhecimento mais obstratos que demanda a profição d'hum Engenheiro, e sem embargo que o conheço de pouco tempo, como já precedentemente tinha vindo a esta mesma Capitania também com occasião do mesmo Real servisso, geralmente se me comunicam aqui muito boas notícias da sua conduta...»
- ⁴⁹ A.H.U., M.G., Cx. 16, doc. n.º 45 de 19 de Maio de 1775.
Este documento contém vários outros anexos formando um verdadeiro processo sobre Domingos Sambucetti, entre os quais a certidão tresladada dos Livros da Fazenda real da patente de Ajudante de Infantaria com exercício de Engenheiro de Domingos Sambucetti a seu pedido (19 de Novembro de 1756) referente à expedição das demarcações.
- «... »por avizo da secretaria de Estado da repartição dos negócios do reino de 28 do dito mês de Junho, prove-se a D. Samb. no posto de Ajudante de Infantaria com exercício de Engenheiro com o soldo de vinte mil reis por mês na forma que o vencem os mais engenheiros estrangeiros...»
- Inclui ainda uma atestação de Luis Pinto de Sousa Coutinho Governador de Mato Grosso (1 de Agosto de 1772) e outra atestação e certificado de João Pereira Caldas do Pará (19 de Maio de 1775) que identifica Sambucetti como autor «do alinhar do terreno» em que se estabeleceu a vila de Mazagão. De referir ainda uma ordem de 12 de Abril de 1762 em que se nomeava Sambucetti para substituir o sargento-mor Gaspar João Gerardo Contreiras na reedificação da fortaleza de Gurupá.
- ⁵⁰ A.H.U., M.G., doc. 10, 22 de Junho de 1776. O auto de fundação do Forte do Príncipe da Beira referido foi já publicado por José Maria de Sousa Nunes, *Real Forte Príncipe da Beira*, Salvador, 1985. Esta obra inclui um acervo iconográfico fundamental para o período e área geográfica em análise sobretudo proveniente da Casa da Insua.
- ⁵¹ A.H.U., M.G., doc. 26, de 3 de Janeiro de 1777.
- ⁵² A.H.U., M.G., Cx. 17, doc. 48 de 12 de Setembro de 1777.
- ⁵³ Sousa Viterbo, *Diccionario*, Vol. III, pág. 7.
- ⁵⁴ Sousa Nunes na obra citada fixa o ano da morte de Sambucetti em 1780 de um ataque de malária. Diogo de Mendonça Furtado (A.H.U., M.G., Cx. 19, doc. 33) respondendo em Novembro de 1779 a uma solicitação do irmão, sobre officiais capazes do officio destinados às demarcações dos limites sugeria um «Capitão alemaan chamado Sambossete» acrescentando que «no seu tempo estudava matemática com o Doutor Bornelli. Este official estava bem conceituado e não hé destituido de prestimo» (informações impossíveis à luz da correspondência de Luis de Albuquerque e Cáceres).
- ⁵⁵ A.H.U., M.G., Cx. 15, doc. 61 de 18 de Dezembro de 1772.
- ⁵⁶ Sousa Nunes, op. cit., pág. 232.

Apêndice Documental

Documento n.º 1 (A.H.U., M.G., Cx. 15, Doc. 38. Anexo)

«Foi V. Exa. servido ordenarme examinasse o terreno, a situação o estado presente do Forte de Bragança, afim de dizer o meu parecer sobre a sua persistencia, duração que promette, e defeza de que he capaz o dito Forte.

Achasse o Forte de Bragança sobre terreno ariento, alagadiço, e com hum dos quatro lados sobre a margem do rio Guaporé, totalmente exposto ao impacto das suas agoas que nas maiores excrescencias quasi chegam às canhoneiras. He revestido de huma muralha, que sendo formada de hum petrificado muito imperfeito, e obrado com barro sem mistura de cal, mal pode a d^a muralha sofrer o pezo e impeto das terras, que sendo de sua natureza arientas, são totalmente filtradas pelas agoas das chuvas, que trespassão a dita parede; e Lavando barro, e a parte térrea do mesmo petrificado, de necessidade deve aquelle padecer ruína; como a experiência tem mostrado na porção de muralha que ja cahio, e que por mandado de V. Exa. se acabou de reedificar. A metade do lanço de parede que forma o lado exposto ao rio, já se acha afastado das terras ameaçando ruína que julgo venha a ter na presente cheia.

Pela maa qualidade, e pelo fundamento que tem o revestimento, firmado sobre terreno ariento, alagadiço, e em parte exposto a corrente do Guaporé, se pode formar juízo da sua pouca duração; ainda que pelas ruínas que já tem padecido, e pelo estado em que se acha a d^a Fortificação, bem se vê que somente poderá subsistir com huma continuada despeza da Real Fazenda.

Em quanto à defeza devo dizer a V. Exa., que sendo huma das maiores vantagens de qualquer fortificação no ser situada sobre a borda do mar, ou de algum grande rio, porque por essa parte não pode ser atacada regularmente: não goza o Forte de Bragança desta vantagem, ainda que construído na margem de hum rio considerável: porque justamente o situarão em parte, adonde o rio estreita em tal maneira, que fica inteiramente não só exposta às baterias do inimigo, mas ainda debaixo do tiro de mosquete. E como todo o reparo sobre o rio consiste em hum simplez parapeito de tres palmos de fosso, facilmente pode ficar abbatido de qualquer bateria, que no proprio terreno fronteira queira levantar o inimigo, e com a mesma razar todo o interior da Fortaleza, que fica exposto à mesma mosquetaria. E neste julgo ser o principal defeito muito prejudicial a defeza do d^o Forte.

Em execução das mesmas ordens de V. Exa. fui examinar hum terreno em que já subsistio a aldea de Sta. Rosa, que fica distante do Forte de Bragança, seguindo a mesma margem do rio abaixo, mais ou menos huma legoa; e nelle não achei capacidade alguma ou vantagem p^a se fortificar — Examinei o terreno que fica em distância quasi meia legoa do Forte, rio acima, adonde estão estabelecidos alguns moradores com suas plantaçoens: e na verdade devo dizer a V. Exa. que este he o terreno que tem ventagens, e capacidade de se fortificar, o dito terreno he plano, levantado sobre as maiores excrescencias do Guaporé ao menos quatorze palmos: a sua grandeza he sufficiente, sendo o seu menor lado, que offerece sobre a margem do Rio, maior de 150 braças; e em parte adonde o rio tem bastante largura p^a o d^o lado não ser exposto às batterias do inimigo: e he terreno enchuto, que a pocos palmos de terre tem pissarra: e na consideração do refferido, e mais ventagens que nelle observei, julgo que o d^o terreno hé ottimo, e tem toda a capacidade p^a nelle se executar qualquer projecto de fortificação, que não exceda porém a área de hum quadrado regular de 150 braças de lado.

He tudo que devo rapresentar à Pessoa de V. Exa.

Villabella aos 19 de Janeiro de 1772.

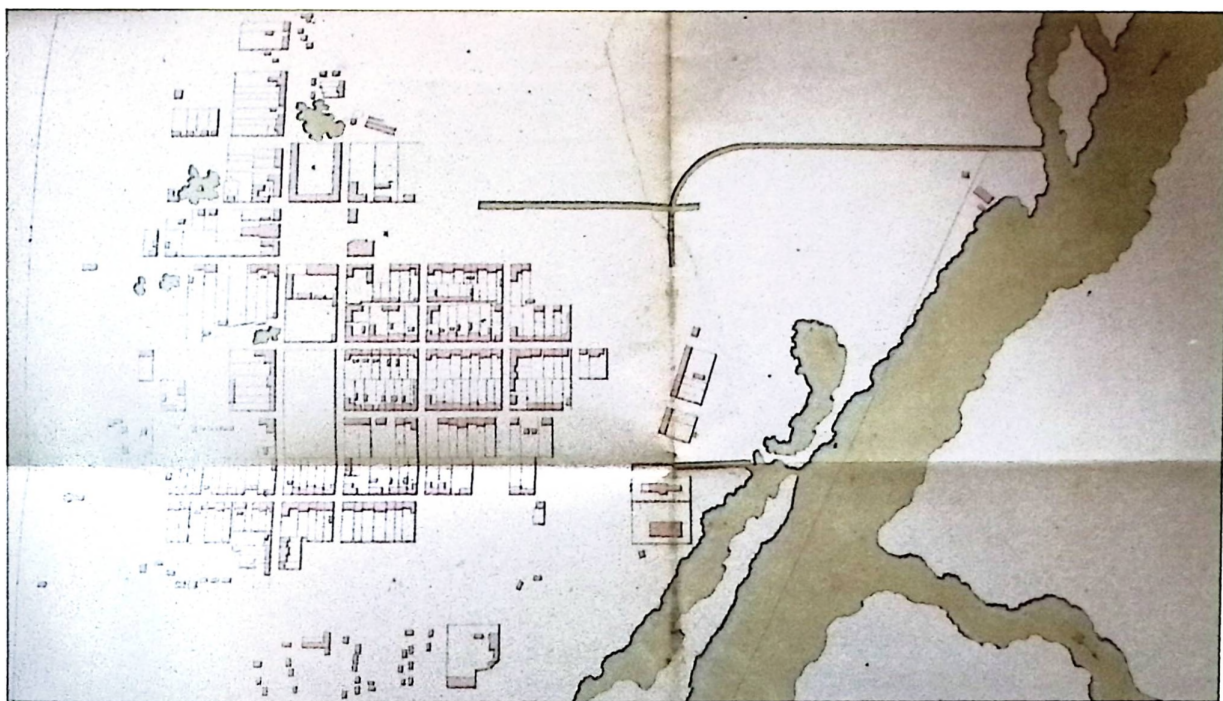
O Ajud. Engenh^o Domingos Sambuceti.

Documento n.º 2 (A.H.U., M.G., Cx. 16, doc. n.º 45 de 19 de Maio de 1775.)

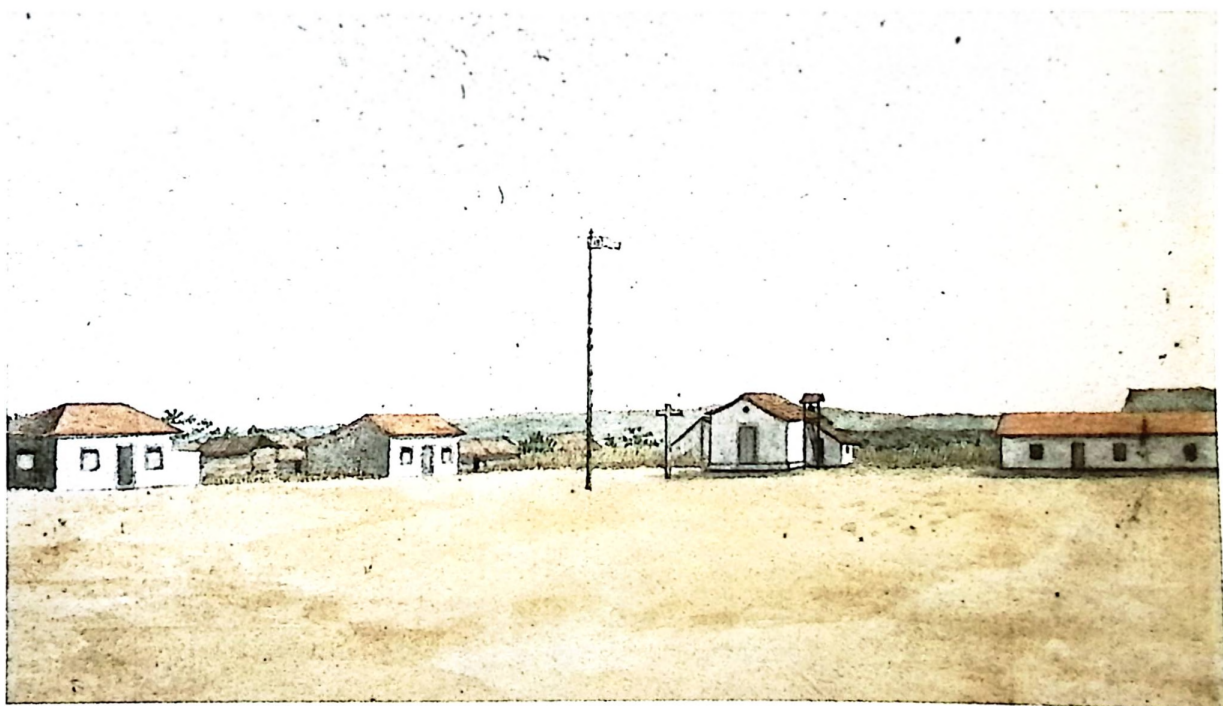
«Diz Domingos Sambuceti natural da Cidade de Genova, q elle Supl. (e) desde o dia 19 de Novembro de 1756, athé passar a esta Capitania de Matogrosso, servio a V^a Mag. de no posto de Ajud. Engenheiro no Estado do GramPará; e sendo enviado p^a a Capit.^a do rio negro, o Plenipotenciário e Cap.m Gen.l Francisco Xavier de Mendonça Furtado o incumbio de formar a carta do rio Solimoens, e de outras diligencias do serviço de v^a Mag.de, o que executou o supl. e athé Agosto de 1757 q. se recolheo à Cidade do Pará, adonde servio satisfazendo às se recolheo à Cidade do pará, adonde servio satisfazendo às obrigaçoens do seo posto athé ao mes de Abril de 1762, tempo em que o Gov.or e Cap.m Gen.l Manoel Bernardo de Mello e Castro enviou o supl.e p.^a o Gurupá, encarregandoo da reedificação daquella fortaleza, o que executou debaixo de novo projecto, e teve a total direcção da d.^a obra thé 8 de Oitubro de 1764 que por ordem do Gov.or e Cap.m Gen.l Fernando da Costa de Ataíde Teive passou o supl.e à villa de S. José do Macapá p^a. assistir aos trabalhos daquella Fortificação, adonde esteve occupado athé 19 de Setembro de 1766, assistindo todos os dias de manhaa e de tarde às referidas obras com tanto incómodo seo e trabalho, que deste se lhe originou huma doença gravíssima, q deo motivo ao d^o Gov.or e Cap.m Gen.l de o mandar recolher à Cidade do Pará. Convalecido o Supl. em diligencias do serviço de v.^a Mag.de em 3 de Oitubro de 1769 foi enviado à margem settentrional do rio Amazonas nas vizinhanças da Praça de Macapá a examinar os tres rios Arapucú, Mutuacá, e Cajary, em algum dos quaes se devia eregir a nova villa de Mazagão. Delineou o supl. o curso, examinou as margens dos sobre ditos rios, e de volta à Cidade do Pará, apprezentando os mapas, e exames que nelles tinha feito, escolheo o d^o Gov.or e Cap.m Gen.l o rio de Mutuacá, e o lugar nelle indicado p^a o novo estabelecimento dos Mazaganistas, mandando logo rossar aquelle terreno; e executada esta diligencia em 24 de Fevereiro de 1770 novamente partio o Suple daquella Cidade p^a a margem do Amazonas e rio Mutuacá a projectar a planta da nova Villa de Mazagão, o que fez deixando assinaladas sobre o terreno 522 moradas de casas; e despois desta diligência se recolheo o Supl.e aquella Cidade do Pará, adonde sempre teve exercício a sua occupação athé 29 de Junho de 1771, dia em q partio, vindo no serviço de Va. Mag.de a esta Capitania de Matogrosso, e despois de huma prolongada e trabalhosa viagem se apprezentou no quartel general de Villabella o dia 6 de Janeiro de 1772, adonde exerceo as obrigaçoens de seo posto, executando todo o que lhe foi ordenado pelo Gov.or e Cap.m Gen.l Luis Pinto de Souza Coutinho

athe o dia 4 de Agosto do mesmo anno em q foi despedido, p. a sua Praça, onde chegou no dia 27 do seguinte Oitubro com huma doença grave contrahida pelos incomodos da viagem. Os mezes que teve o Supl.e de demora na quella cidade do Pará sempre foi occupado no serviço de Va. Mag.de pelo Gov.or e Cap.m Gen.l João Pereira Caldas, que por ultimo o levou na sua comitiva ao exame e visita daquella fortificação de Macapá, Villavistosa e Villa de Mazagão; a cujo effeito partio no dia 4 de Agosto, e se recolheo no dia 4 de Setembro de 1773. Logo que chegou com o dº Gov.or e Cap.m Gen.l à Cidade do Pará foi avizado o Suppl.e pª partir no dia 20 do mesmo Setembro no serviço de Va. Mag.de em direitura a esta Capitania, viagem que conseguiu com grandíssimo trabalho e risco de vida, e chegou à confluencia do rio Mamoré com o rio Madeira no dia 11 de Fevrº de 1774 à presença do Gov.or e Cap.m Gen.l Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, o qual nao só lhe deo exercício na sua occupação; mas por ter falecido o único Engenhº que havia nesta Capitania, o constituiu Director da Nova Fortaleza, que debaixo do Augustíssimo nome do Príncipe da Beira actualmente se vai construindo, e neste laborioso e honroso trabalho desde o seo princípio se occupa o Supl.e, o qual pelos serviços que rapprezenta e se comprovão pelos documentos juntos.

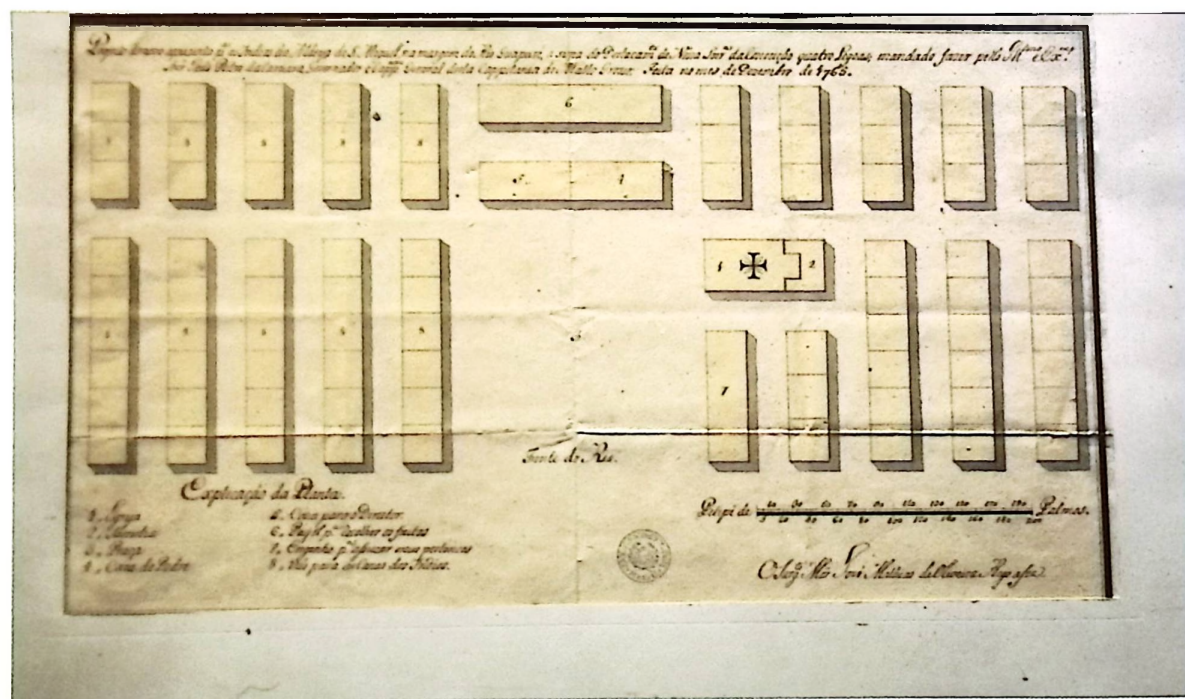
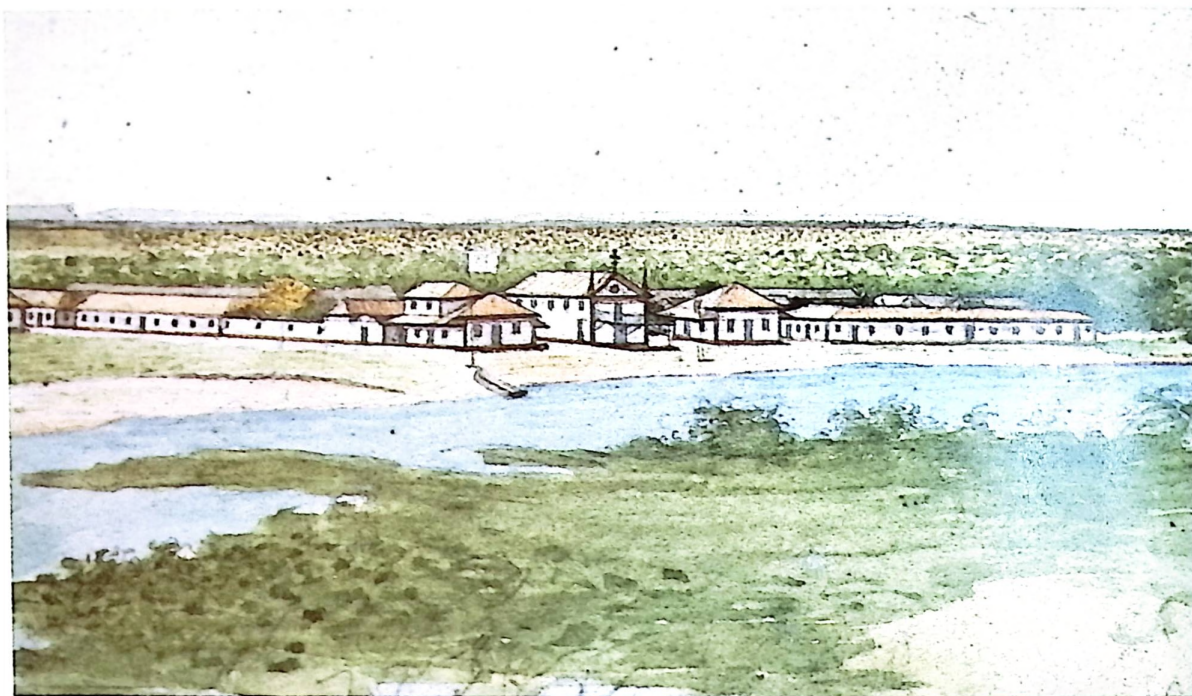
P. a Vossa Magestade se digne promovelo ao posto de Sargento mor Engenheiro, não so em premio de vinte annos de serviços feitos no posto de Ajudante; mas também em attenção ao Laborioso emprego em que se acha de Director desta nova Fortaleza que tanto interessa o serviço de Vª Mag.de na Fronteira desta Capitª. de Matogrosso.»

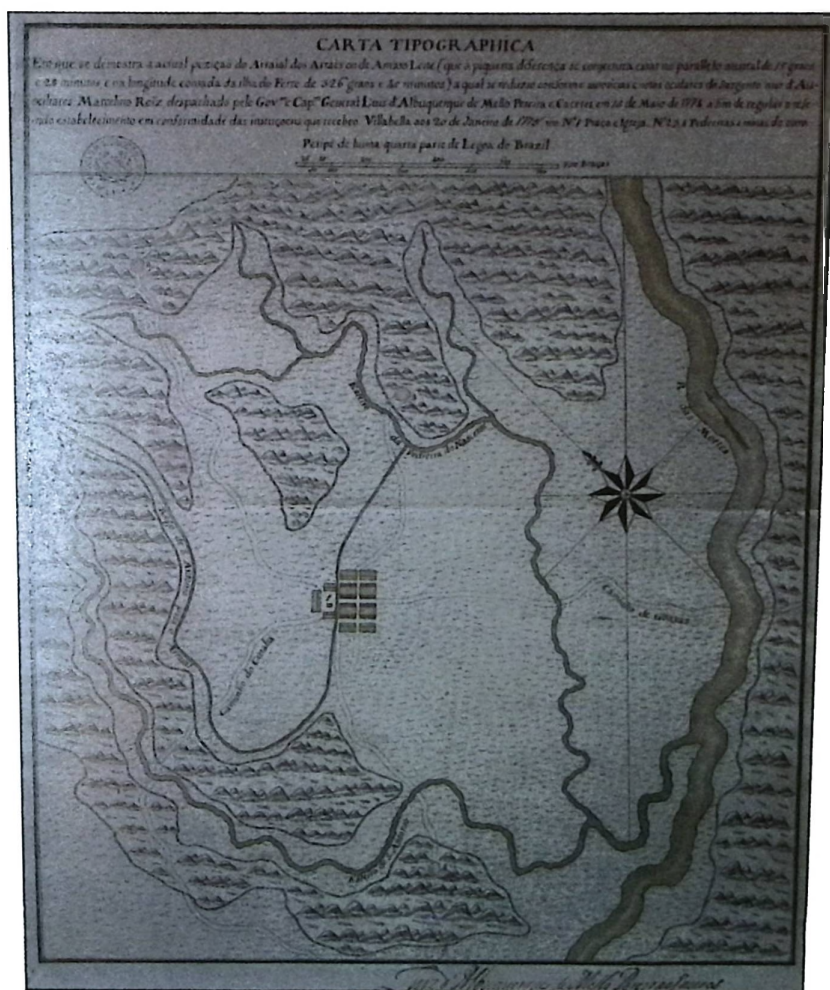


1 — Planta de Vila Bela do Matogrosso (século XVIII). Desenhos aguarelados da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil (1782-1793). Museu Bocage, Lisboa.

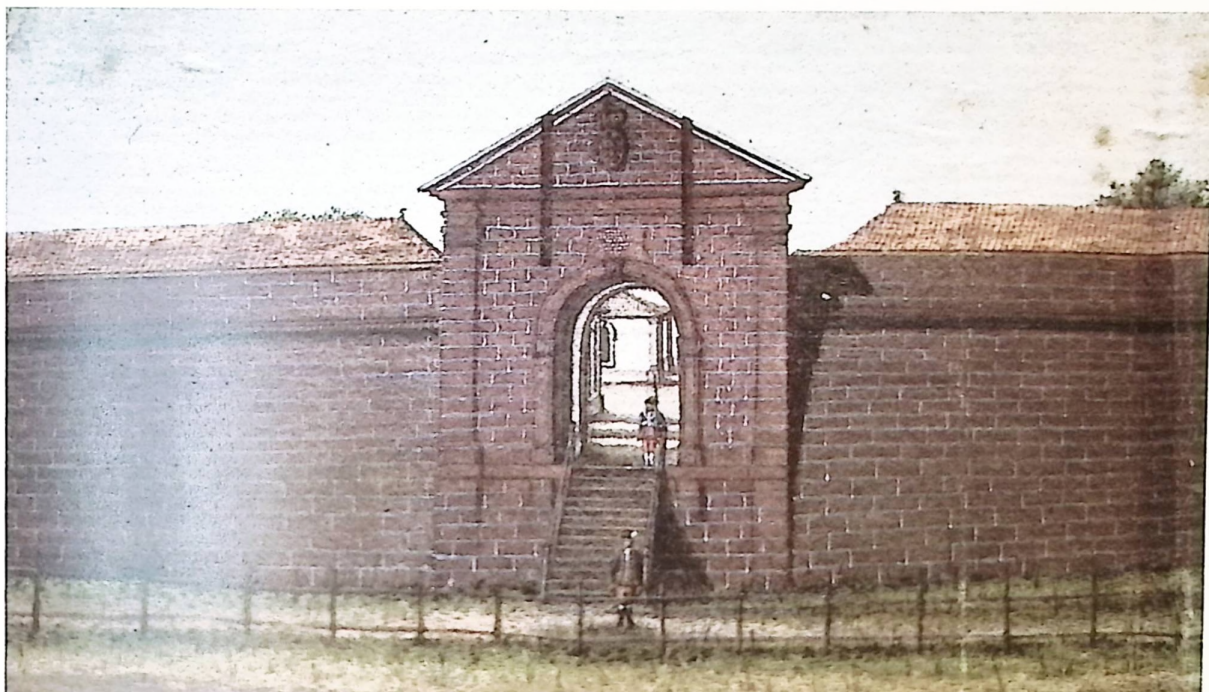


2 — Vila Martia do Paraguai (Matogrosso). Desenhos aguarelados da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil (1782-1793). Museu Bocage, Lisboa.

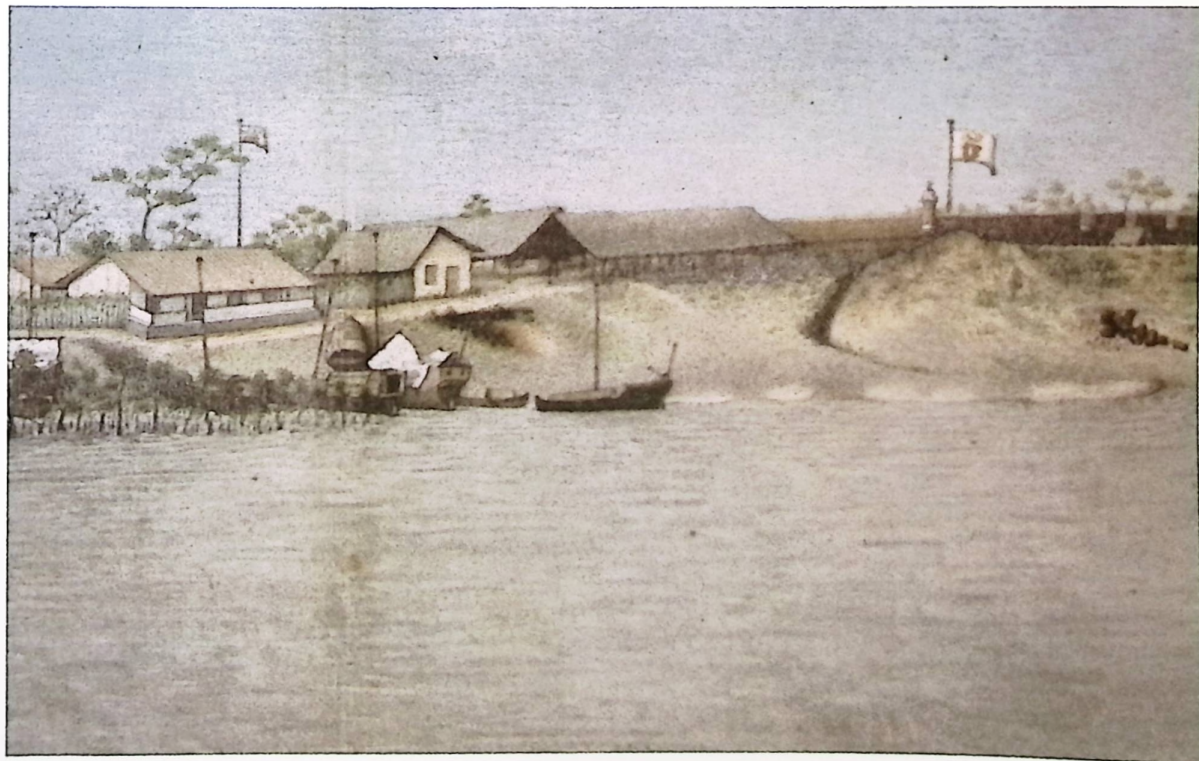




5 — «Carta tipographica em que se demonstra a actual posição do arraial dos Arraes ou de Amaro Leite». Cartografia manuscrita (século XVIII). Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.



7 e 8 — Forte e Povoação do Príncipe da Beira. Desenhos aguarelados da viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil (1782-1793). Museu Bocage, Lisboa.



Auto de Fundação e de declaração de
da em que se dá principio e Lança a primeira Pedra na no
ra Fortaleza que o Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor
Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Governa
dor e Capitão General desta Capitania de Mato Grosso
manda Levantar na Margem Oriental ou Directa do
Rio Guaporé de nominando-a Real Forte do Prin
cipe da Beira.



Anno do Nascimento de Nosso Senhor Je
sus christo de mil e Sette centos e Setenta e seis annos aos vinte duas
de Agosto. Mez de Junho vende o Ilustrissimo e Excellentissimo
Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres a este Lugar
situado na Margem Oriental ou Directa do Rio Guaporé desta Ca
pitania em distancia de Mil e Brancas pedras mais ou menos da an
tiga Fortaleza da Conceição o qual Lugar tinha sido escolhido e a
provado pelo mesmo Senhor, depois de circumspectamente o reconhecer
curando a varios Engenheiros com particularidade ao Ajudante e
Infantaria com o dicto Exercicio Domingos Sambucel, a quem pela
sua intelligencia tem cometido a direcção principal das obras para
neste fundar a outra nova Fortaleza que Sua Magestade e Real
Assumpção e a de das maiores e excellencias do dicto Rio, como
porque o mesmo he naturalmente mais solido, e mais acommo
dado e os sentidos que podia dezer-se, ahi por sua Excellencia
for Governante Lançada a primeira Pedra nos ultimos de pous de
e chegar a consagração seguinte.

Josepho I.^o

Luiz Pinto de Souza Couti-
nho, De Concelho de Sua Magestade, Governador, e Capitão Geral
na Capitania do Mato Grosso.

Attesto em como, o Mui-
sante de Engenharia, Domingos Sambucetti, que padeceu no
Furto do Anno de 1712 do Estado do Rio de Janeiro, e exercia o
seu posto de Governador desta Capitania, por motivos urgentes, e por
acordante a sua Obrigação, outorgou e sellou a seguinte porção de
no durante o tempo da sua ausência, e no mesmo tempo
da viagem, e no qual sempre nella com a devida Corrida. E pa-
ra que assim possa constar, mandei pagar a presente attenção por
mim assinalada, e sellada com o Sello de minha Armada. Dada
na Capital da Vila Rica em 6 de Agosto
de 1712 Annos.

Luiz Pinto de Souza



João Pereira Caldas de Almeida
g.º Alcaide-mor, Commandador de S.º M.
de S.º M. na Ordem de Christo, Governador e Ca-
pitão General do Estado do Grão-Pará.

Atteste, e certifique, que chegando a actualidade a
Belem do Grão-Pará em 17 de Novembro de 1772 encar-
gado por S.º Mag.º de Governo deste Estado, nelle achei a
vidua do mesmo Snor. em o Porto de Ajudante de Infa-
ntaria, Com exercicio na Engenharia, a Domingos da
Bucette, e dando boa conta das diligencias em que e occu-
pava no mesmo Real Serviço, e levei em minha Coman-
dancia, quando passei em visita a Praça do Macapá, e Vi-
las de Nossa Senhora Madre de Deus, e Maragui, ap-
elle ja tinha sido mandado pelo meu Antecessor a ab-
nhar o terreno em que se estabeleceu aquella filia, e
princis sempre a sua obrigaçao com real, e com a
za, se acha presentemente na Capitania de Mato Grosso
acorde passou, e actualmente se acha em diligencia em
portanto do mesmo Real Serviço, fazendo-se, pelo seu me-
recimento, de gno de attençaõ, e primas, e que sempre
Habilita, que professo, em razao de que he pae de
por mim assignada, e sellada com o signeto de minha
Armas. Belem do Grão-Pará a 3 de Mayo de
1775

João Pereira Caldas